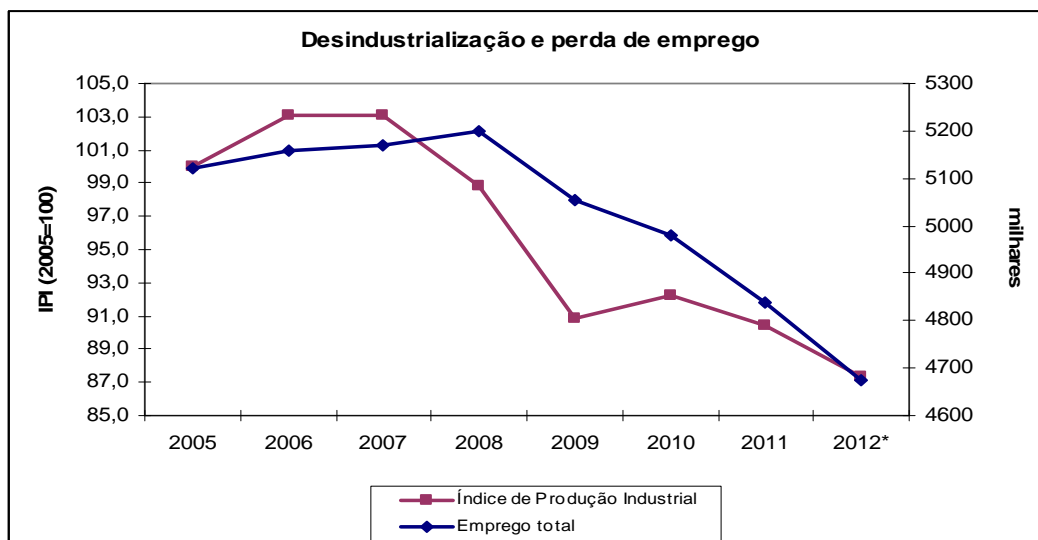


## Desindustrialização e destruição de emprego

O país produz hoje menos bens industriais do que em 2005. Mesmo com o crescimento observado em 2006, 2007 e 2010, o que se verifica é uma tendência de declínio da produção industrial em Portugal. O Índice de Produção Industrial passou de 100 em 2005 para 90,5 em 2011 e 87,3 em 2012. Isso significa que em 2012 a indústria do país está a produzir quase 13% menos que em 2005.

Ao mesmo tempo verificou-se uma diminuição do emprego. O emprego é hoje inferior em quase 9% relativamente ao nível de 2005<sup>1</sup> e o seu decréscimo acompanhou a queda da produção industrial.



Fonte: INE; Índice de Produção Industrial e Estatísticas do Emprego. Emprego: escala da direita; quebra de série em 2011. 2012\* - média de Janeiro a Agosto no IPI; média do 1º e 2º trimestres nas Estatísticas do Emprego.

Por sua vez o desemprego quase que duplicou. Passou de 422 mil desempregados em 2005 para 823 mil no 1º semestre de 2012. A taxa de desemprego passou de 7,6% para 15%. E trata-se do desemprego oficial, porque na realidade a taxa de desemprego real é hoje superior a 23% e o número real de desempregados aproxima-se de 1 milhão e 400 trabalhadores.

O emprego na indústria (incluindo indústria transformadora, electricidade, gás e água) tem hoje o peso de 18% no emprego, quando em 2005 era 20%, o que significa que se perderam 17% dos postos de trabalho num curto período de tempo<sup>2</sup>. Se até 2008 as perdas de postos de trabalho estavam a ser compensadas pelo aumento do emprego nos serviços - o sector que absorve 2/3 do emprego total - e por isso o emprego total aumentava, a partir de 2009 a situação mudou,

<sup>1</sup> Em 2011 houve uma quebra da série no Inquérito ao Emprego. Todavia, a tendência é claramente de decréscimo.

<sup>2</sup> Idem.

uma vez que também os serviços passaram a ter perda de emprego e as perdas no sector da construção se acentuaram.

#### Evolução anual do emprego (%)

	Emprego total	Agricultura, silvicultura e pesca	Indústria	Eletricidade, gás e água	Indústria, eletricidade, gás e água	Construção	Serviços
2006	0,7	-0,4	1,1	5,0	1,1	-0,2	1,0
2007	0,2	-0,4	-2,5	29,2	-1,7	3,2	0,4
2008	0,5	-3,4	-6,3	72,3	-3,7	-2,8	3,4
2009	-2,8	-2,8	-4,7	-12,8	-5,1	-8,9	-0,9
2010	-1,5	-4,0	-2,6	-4,6	-2,7	-4,6	-0,2
2011*	-2,8	-11,8	-1,6	2,5	-1,4	-8,7	-0,7
2012*	-3,3	2,0	-4,4	2,2	-4,0	-13,5	-2,5

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego. Emprego. Quebra de série em 2011. 2012 - média do 1º e 2º trimestre

O emprego na Região Norte está concentrado na indústria (inclui energia e construção). Em 2009<sup>3</sup>, mais de metade do emprego do distrito de Braga estava dependente da indústria, sobretudo no Vale do Ave (57%). No Cávado a indústria absorvia 46% do emprego. Em Viana do Castelo o peso era de 40%.

A desindustrialização atingiu fortemente esta região, particularmente no Vale do Ave. Nesta subregião a queda do emprego industrial foi de 12,5% face a 2005; no Cávado 9,3% e em Viana do Castelo 6,3%. Acresce que no Vale do Ave esta tendência já vinha de trás (queda de 13,2% entre 1995 e 2009), enquanto que no Cávado e Viana do Castelo se registaram aumentos do emprego industrial entre 1995 e 2009.

Dado o peso que a indústria ainda tem no distrito de Braga, a perda de postos de trabalho no sector determinou mesmo uma diminuição do emprego total neste período (2005-2009), não compensado pelo aumento do emprego nos serviços.

Nos anos mais recentes, nomeadamente em 2011 e 2012 tem-se vindo a assistir a uma aceleração da destruição do emprego e ao conseqüente aumento do desemprego. Só entre Agosto de 2011 e o mesmo mês de 2012 o desemprego registado nos centros de emprego aumentou 23% no distrito de Braga e 25% no distrito de Viana do Castelo. Por exemplo, no distrito de Braga o número de desempregados inscritos provenientes da indústria (excepto construção) aumentou 9%, ainda que o crescimento mais elevado se tenha verificado nos serviços (+26%).

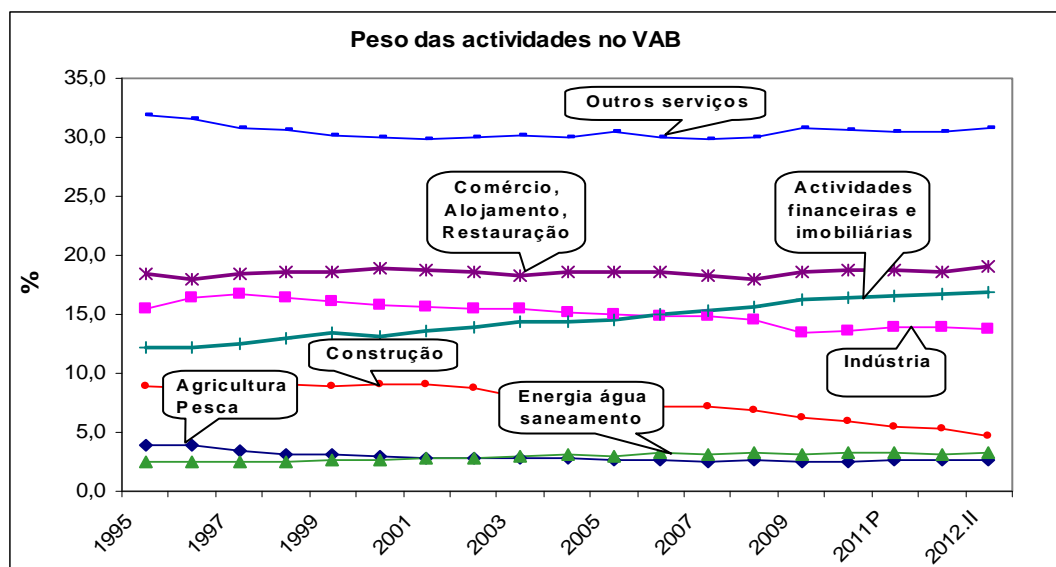
A queda do emprego industrial não aconteceu por acaso. Foi fruto da política seguida desde os anos 80 por sucessivos governos que, através de liberalizações e privatizações, a que somou a adesão ao Euro e o Pacto de Estabilidade e Crescimento, enfraqueceu a capacidade do sector produtivo de fazer face às necessidades produtivas e de consumo do país. Com a entrada de capital estrangeiro e a submissão das maiores empresas portuguesas à lógica do capitalismo globalizado, muitas das decisões mais importantes para a economia e o desenvolvimento do país passaram a ser tomadas a partir do exterior ou ser muito influenciadas por prioridades externas.

<sup>3</sup> Dados mais recentes. Contas Regionais, INE (online).

De facto, o peso da Indústria no Valor Acrescentado Bruto (VAB) tem vindo a diminuir. Passou de 15,4% em 1995 para 13,8% no 2º trimestre de 2012. Mesmo somando a Energia, Água e Saneamento, onde se verificou um aumento, o peso diminuiu de 17,8% para 17,1%. A Agricultura, Silvicultura e Pescas também viram reduzir o seu peso no VAB, tendo passado de 3,9% do total para 2,6% nesse período.

Paralelamente assistiu-se a um fortíssimo crescimento das Actividades Financeiras, de Seguros e Imobiliárias e dos Transportes e Comunicações, correspondendo a uma crescente financeirização da economia, que acompanhou tendências mundiais mas que também se ficou a dever a decisões nacionais. Actualmente as Actividades Financeiras, de Seguros e Imobiliárias têm mais peso no VAB do que a Indústria - respectivamente, 16,9% contra 13,8% quando em 1995, as percentagens eram de 12,2% e 15,4%, ou seja, o oposto.

Em termos evolutivos, o VAB da Indústria, Energia, Água e Saneamento cresceu 25% enquanto as Actividades Financeiras, de Seguros e Imobiliárias e dos Transportes e Comunicações cresceram 77%.



Fonte: Contas nacionais, INE

Além disso, teve efeitos nas contas externas, ao não permitir que se produzissem no país os bens necessários ao seu reequilíbrio. A melhoria do saldo das balanças corrente e de capital verificada em 2011 e, sobretudo, em 2012, deve-se não à substituição de importações por produção nacional, mas apenas uma desaceleração e mesmo quebra das importações devido à retracção da actividade económica, provocada pela quebra da procura interna. Ao mesmo tempo houve algum dinamismo das exportações mas o seu crescimento tem vindo a desacelerar. Se se olhar sucessivamente para o saldo da balança corrente e sobretudo para o saldo a balança de bens, é visível que não a produção nacional de bens que está a contribuir mais para a melhoria do défice externo.

### Saldo das Contas Externas em percentagem do PIB

	Balanças Corrente + Capital	Balança Corrente	Balança de Bens
2001	-9,4	-10,3	-12,4
2002	-6,8	-8,2	-10,5
2003	-4,6	-6,4	-9,4
2004	-6,9	-8,3	-10,9
2005	-9,2	-10,3	-11,8
2006	-9,9	-10,7	-11,4
2007	-8,9	-10,1	-11,3
2008	-11,1	-12,6	-13,4
2009	-10,1	-10,9	-10,6
2010	-8,9	-10,0	-10,5
2011	-5,3	-6,5	-7,8
I Trim 12	-2,4	-4,1	-5,4
II Trim 12	-1,1	-2,8	-4,4

Fonte: Banco de Portugal. Saldo das balanças e PIB (base 2006, INE) a preços correntes.  
Retirado de GEE/MEE. Indicadores de Atividade Económica 02 de Outubro de 2012

Muitos trabalhadores e suas famílias têm sido atingidos pela destruição de postos de trabalho em todos os sectores de actividade, mas sobretudo na indústria e construção. O país é afectado pelo não aproveitamento dos seus recursos produtivos e da sua força de trabalho. É todo um modelo de desenvolvimento que põe em causa a própria soberania nacional.

A CGTP-IN considera que há que alterar radicalmente esta política e apostar fortemente no sector produtivo, por isso apresenta as propostas que se seguem.

### Propostas

- Aplicação de um Programa de Desenvolvimento dirigido à Revitalização do Tecido Produtivo, que aposte na reindustrialização do país
- Reprogramação do QREN, reorientando os fundos para o reforço das exportações e a substituição das importações por produção nacional
- Abandono do processo de privatizações e o controle pelo Estado dos sectores estratégicos da economia
- Aplicação de programas de gestão preventiva nas empresas em dificuldade, que evitem os despedimentos ou a redução de efectivos em empresas em reestruturação ou que apresentem riscos de perdas de emprego
- Facilitação do acesso ao crédito às empresas, nomeadamente micro e PME, a taxas não especulativas, reorientando o crédito em direcção ao investimento produtivo por parte quer da Caixa Geral de Depósitos, quer dos bancos apoiados pelo Estado
- Diminuição dos custos de contexto, em particular ao nível das infra-estruturas de comunicações e telecomunicações, dos transportes e da energia

5 de Outubro de 2012  
CGTP-IN